

## OS DESAFIOS DA INCLUSÃO: DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NAS SALAS REGULAR

Davi Libânio de Mélo <sup>1</sup>  
Orientadora: Maria Aparecida Dantas da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

Esse artigo tem como objetivo investigar os desafios da inclusão dos estudantes com deficiência nas turmas regular do Ensino fundamental dos anos iniciais no município de Escada-PE. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa em uma pesquisa de campo realizada em duas escolas públicas municipais, que contou com a participação de dois gestores escolares, dois coordenadores pedagógicos e dois professores das turmas de ensino regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tendo por resultado da pesquisa os desafios encontrados: a ausência de profissionais com habilitação para atuar na sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado, falta de materiais pedagógicos adaptados, resistências por parte dos professores das turmas regulares para incluir o estudante com deficiência, precisa de apoio nas turmas regulares, foi possível perceber os desafios encontrados para inserir os estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular, pois a falta de investimento nesta atuação da educação tem deixado o processo de inclusão em construção, cujo necessita de formação específica para professor de apoio, que são denominados como cuidadores. É notório nesta pesquisa que a educação inclusiva precisa ser inserida de fato nas escolas públicas do município de Escada-PE, pois ainda está em processo de adaptação.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Desafios da Inclusão, Sala Regular, Ensino Fundamental, Formação de Professores.

### INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem sido um tema discutido na atualidade com a perspectiva de incluir os alunos com Necessidades Educativas Especiais nas turmas regulares de ensino, pois este desafio compete a todos os envolvidos em uma educação de qualidade, que respeita as diferenças, ou seja, possibilita uma educação de qualidade para todos sem preconceitos de raça, cor e sexo.

A Educação Especial é definida pela LDB no ano de 1996 como uma modalidade de ensino, que vai além da Educação Básica, mas que perpassa da Educação Infantil, ao Ensino Superior. Entretanto dentro da instituição de ensino se faz necessário a sala de atendimento educacional especializado, que é nomeada de AEE.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, [davi.libanio@yahoo.com.br](mailto:davi.libanio@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação, Christian Business School- CBS, [cidaraulinho@hotmail.com](mailto:cidaraulinho@hotmail.com).

Diante deste contexto ressalta-se que, a política Nacional de Educação Especial busca definir o objetivo da garantia a inclusão do aluno no contexto escolar, tanto para os deficientes físicos, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou conhecida como superdotação.

Entende-se que a escola inclusiva busca métodos diferenciados para atender as expectativas dos alunos especiais e para isso se faz necessários desenvolver recursos diversos que possam favorecer o melhor desempenho do aluno. Neste sentido a instituição regular necessita corporificar as práticas que de fato inclua a criança no ensino. Assim, é comprometimento de uma escola inclusiva com a perspectiva política de inclusão para contribuir não só com o aluno, mas com a família e a comunidade escolar.

Com base nos relatos históricos da Educação Especial é possível identificar que o seu surgimento foi por volta do século XIX, pois durante esse período de educação apenas estava voltada para atender os alunos surdos e os deficientes visuais. Logo se percebe que os demais eram excluídos do ambiente escolar e social. Porém na atualidade a inclusão não deve ser de forma segregativa, mas integrativa, que possibilite a todos a serem inseridos dentro das turmas de sala de aulas regulares oportunizando a construção de novos saberes.

Para delinear este trabalho de pesquisa no campo da investigação da inclusão do aluno com deficiências, transtornos ou distúrbios no ambiente escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental surge a seguinte questão: quais os desafios da inclusão do aluno especial no ensino regular?

Frente a este questionamento destaca-se como hipótese, que a escola do ensino regular ainda não está devidamente adequada para incluir de fato o aluno com as necessidades educacionais especiais, pois existe o despreparo do docente, a falta de materiais didáticos adequados, ausência de formações iniciais e de formações continuadas dos professores regulares são fatores que interferem no processo inclusivo.

Diante desta abordagem surge objetivo geral desta pesquisa que é: investigar se existe desafios para incluir estudantes com deficiência nas turmas do ensino regular no Ensino fundamental dos anos iniciais no município de Escada-PE. E dando procedimento se destaca os objetivos específicos: investigar se a escola garante o acesso seguro com dignidade ao aluno especial no ensino regular, verificar se o acesso do aluno nos espaços em que possa frequentar como: sala de recurso, secretaria, laboratório de informática e a sala de AEE são realmente vivenciado e analisar se à família sentem que a escola oferece os devidos cuidados aos atendimentos necessários dos alunos e dos profissionais envolvidos no processo de inclusão.

Este trabalho de pesquisa se fundamenta com base nos critérios da Educação Especial com o caráter de uma educação inclusiva, que é fundamental na escola com os seus respectivos profissionais como: gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores de sala de aula regular, professor de apoio estejam diretamente interligados em oferecer um ensino de qualidade que de fato atenda as especificidades do aluno e as expectativas das famílias e da comunidade escolar.

## **METODOLOGIA**

Em busca de resposta coesa na prática da inclusão foi adotada a metodologia qualitativa aplicada no campo de pesquisa com finalidade de entender como os gestores, coordenadores e professores do ensino regular se sentem nesta visão inclusiva. Para isto o trabalho contou como local da pesquisa com duas escolas do ensino fundamental da sala regular das escolas públicas, sendo nomeadas de Escola A e Escola B, contou com dois gestores escolares sendo uma de cada escola, dois coordenadores pedagógicos e dois professores sendo dois de cada escola.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Ação Pedagógica na Sala de Recursos Multifuncionais**

A instituição de ensino regular deve ofertar ao estudante com deficiência um olhar diferenciado a respeito do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que a aprendizagem acontece de forma e tempo diferente.

É neste viés, que faz necessários que as atividades sejam adaptadas para os alunos respeitando o seu tempo de aprendizagem por isso o compromisso dos profissionais que atuam em sala de aula sejam especialista em educação especial para contribuir com os professores das turmas regulares de ensino, ou seja, profissional que tenha formação apropriada para contribuir com os estudantes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146 - 07/2015, Capítulo IV, Art. 27, Parágrafo Único estabelece que “É dever do Estado, da Família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

De acordo com o “decreto de nº 6.571/08- dispõe sobre o atendimento educacional especializado- AEE e o Decreto nº 5.296/04- Regulamenta as Leis nº 10.098 com ênfase na promoção de acessibilidade”.

As ações pedagógicas são estratégias fundamentais como ferramentas necessárias para favorecer ao estudante com deficiência o desenvolvimento da aprendizagem, pois o importante não é a repetição de conteúdos que o estudante pode desenvolver as suas habilidades e competências, mas sim as aplicabilidades das atividades adaptadas para atender as expectativas do estudante.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

### **Visão da Gestão Escolar Referente à Inclusão**

A gestão escolar de uma instituição de ensino de caráter inclusiva deve ser pautada em uma concepção democrática, que se compromete a ouvir os alunos, professores, coordenador pedagógico e os demais profissionais envolvidos neste ambiente educacional. A visão da gestão é gerir e oportunizar a participação de todos na construção dos novos saberes, tendo, sobretudo uma transparência com base na proposta de incluir os alunos com deficiências ou quais quer especialidade. “O realce da escola como objeto de estudo não se explica apenas pela importância cultural, mas também pelas estratégias de modernização e pela busca da eficácia no sistema educativo” (LIBÂNEO, 2013, p. 31).

Assim, gestão não só se centra nos serviços administrativos, mas também no pedagógico, pois a escola necessita de um olhar holístico na construção do conhecimento, na inclusão social, na inclusão sócio cultural e sócio educacional.

O trabalho dos gestores escolares se assenta, pois sobre sua capacidade de liderança, isto é, de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) para a efetivação dos objetivos educacionais propostos pela escola. (LUCK, 2014, p. 20)

Neste sentido a gestão está aberta para os possíveis diálogos com objetivo de promover melhorias no ambiente escolar, no processo de ensino aprendizagem, na inclusão dos alunos com especialidades. Assim, ressalta-se alguns princípios que deveriam ser adotados pela gestão referente à educação inclusiva no ensino regular com a perspectiva inclusiva: Momento de reflexão sobre os resultados encontrados com os alunos com ênfase os especiais, as organizações das formações continuadas sobre a inclusão escolar, reunião com os pais das crianças com especialidades para ouvir a insatisfação ou satisfação do trabalho desenvolvido, priorizar as opiniões dos professores que atuam com crianças especiais e desenvolver projeto de intervenção e conscientização frente aos preconceitos que surgirem no ambiente escolar.

Acredita-se que desta forma se pode oferecer uma educação de qualidade para os alunos desta comunidade escolar na qual está inserida. A educação é à base de uma sociedade mais justa e igualitária. Acredita-se que desta forma pode oportunizar os alunos a uma vida digna no espaço da escola, sendo de fato incluso no contexto educacional na qual é garantido desde a Constituição Federal de 1988.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se, para entender melhor o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na inclusão das turmas de ensino regular o resultado da entrevista com dois coordenadores pedagógicos e dois professores das turmas de ensino regular do Ensino Fundamental dos anos iniciais do município de Escada-PE. Tendo como questionamento inicial: Como acontece a inclusão da pessoa com deficiência nas turmas de ensino regular em sua instituição?

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR1: Ainda não se pode garantir que existe de fato a inclusão, mas sim uma exclusão, pois realizar a matrícula e não atender de fato o aluno e incluir para excluir.	COORDENADOR 2: Acho que ainda está sendo trabalhada essa questão, pois a ausência do profissional habilitado, a falta de recursos adequados nos deixam em processo mais para exclusão do que inclusão.
PROFESSOR 1: Não existe inclusão, pois o aluno apenas é matriculado na escola para passar tempo.	PROFESSOR 2: acredito que estamos caminhando, pois busco fazer o que posso para que exista a acolhida desses alunos, porém no momento está mais para exclusão do que para inclusão.

**Tabela 01:** Respostas dos Coordenadores e Professores.

De acordo com as informações dos coordenadores de professores das escolas entrevistadas foi possível verificar que o processo de inclusão do estudante com deficiência no ambiente escolar com ênfase nas turmas regulares de ensino deixa a desejar, pois todos destacam que a inclusão está mais voltada para uma segregação.

Para compreender melhor a realidade foi questionada: O que a secretaria de educação do município tem feito para poder incluir os estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular na rede municipal?

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR1: Tem adaptado o espaço físico, contratado cuidadores para as salas de aula regular, porém sem formação docente.	COORDENADOR 2: Existem um contrato de uns cuidadores para acompanhar o aluno em sala, mas o mesmo não tem formação inicial e habilitação em salas de inclusão.
PROFESSOR1: Existe o profissional de apoio, porém são pessoas sem conhecimento pedagógico algum, que na verdade é apenas alguém para cuidar.	PROFESSOR 2: Existe um cuidador em sala para acompanhar e cuidar de duas ou três crianças especiais na mesma sala.

**Tabela 02:** Respostas dos Coordenadores e Professores.

De acordo com o cenário fica claro que a inclusão dos estudantes acontece de forma segregativa, pois tanto os coordenadores e professores enfatizaram a precariedade existente em incluir o estudante nas turmas de ensino regular. Contudo é perceptivo que ainda precisa melhorar o processo de inclusão na perspectiva da acolhida dos estudantes nas turmas do ensino regular.

Com objetivo de compreender como os gestores, coordenadores e professores tem buscado melhorias para esta realidade atual foi questionado: o que a gestão e todo corpo docente tem feito para que aconteça a inclusão?

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR 1: Temos realizado palestras na escola com o corpo docente junto ao gestor e professores para buscarmos caminhos que propicie a inclusão escolar.	COORDENADOR 2: são realizadas reuniões periódicas com o gestor, professores e família com intuito de oferecer melhorias aos alunos especiais.
PROFESSOR 1: Não vejo muita coisa sendo realizada por parte do coordenador e gestor, pois os alunos são colocados na sala de aula regular a não temos assistências necessárias.	PROFESSOR 2: infelizmente a inclusão só existem na teoria, mas na prática está muito longe, pois os alunos são matriculados para serem excluídos.

**Tabela 03:** Respostas dos Coordenadores e Professores

É perceptivo que entre as colocações dos coordenadores e dos professores existem controversas, pois os coordenadores descrevem que fazem as devidas intervenções, porém os professores discordam das falas dos coordenadores pedagógicos. Assim, foi necessário questionar como os professores têm reagido no acolhimento dos estudantes com deficiência na sala de aula regular?

ESCOLA A	ESCOLA B
----------	----------

COORDENADOR 1: Sinto dificuldade em ver o professor acolher de fato o aluno na sala de ensino regular.	COORDENADOR 2: Há uma resistência por parte do professor da turma regular.
PROFESSOR 1: Sinto inseguro, pois não estou preparado para esta realidade, devido não ter formação continuada e nem específica para atender alunos com especificidades diferentes.	PROFESSOR 2: Não tenho segurança para este público alvo, pois não fui preparado para esta realidade, principalmente pela quantidade de alunos na turma e ainda ter 2 crianças com especificidades diferentes.

**Tabela 04:** Respostas dos Coordenadores e Professores.

Referente ao questionamento compreende-se que existem resistências por parte dos professores frente aos desafios da inclusão uma vez que não tem formação adequada para atuar com alunos especiais nas turmas de ensino regular, que termina interferindo de forma negativa a inclusão do aluno na sala de aula. Segundo Libânio (2013, p.25): As didáticas é o principal ramo de estudo da pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino.”

Tendo em vista que o investimento no preparo das ações didáticas dos professores sejam um dos maiores desafios, sem contar com a quantidade de alunos com especialidades diferentes por sala. Para condensar os resultados da pesquisa foi feita a última questão: De que forma os professores de apoio contribuem na inclusão das turmas regulares de ensino?

ESCOLA A	ESCOLA B
COORDENADOR 1: Os professores de apoio por não ter formação pedagógica a secretaria de educação oferece capacitação técnicas com oficinas para dá suportes nas atividades regulares.	COORDENADOR 2: São oferecidas capacitações pela secretaria de educação para os cuidadores, pois não possamos definir como professor porque não tem formação acadêmica.
PROFESSOR 1: Por não serem profissionais habilitados na docência a secretaria de educação oferece oficinas técnicas, porém o resultado é insatisfatório.	PROFESSOR: Não vejo muita coisa em beneficio, pois oficinas técnicas não são formações que habilite o apoio está em sala de aula inclusiva, e assim, termina na maioria das vezes atrapalhando o nosso trabalho com o aluno especial.

**Tabela 05:** Respostas dos Coordenadores e Professores.

Condensando os resultados entre os entrevistados citados acima teve como resultado a insatisfação dos coordenadores pedagógicos e professores sobre aos profissionais que são inseridos nas turmas de ensino fundamental na sala regular devido à ausência de formações específicas que habilitem esses profissionais no campo da educação inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descreve-se de acordo com a análise da pesquisa que o desenvolvimento da perspectiva de uma Educação Especial de natureza inclusiva no município de Escada-PE, foi possível perceber os desafios

encontrados para inserir os estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular, pois a falta de investimento nesta atuação da educação tem deixado o processo de inclusão em construção.

Em consideração da situação atual nas escolas públicas foi identificado que existem salas de AEE- Atendimento Educacional Especializado, porém não existem profissionais habilitados para fazerem as devidas intervenções, a ausência de formação inicial e continuada de forma específica que atenda às necessidades dos alunos.

Percebe-se, que os materiais de apoio pedagógico não são suficientes para atender as necessidades dos estudantes, o professor de apoio nas turmas regulares não tem formação acadêmica e que a secretaria de educação apenas oferece oficinas técnicas para os cuidadores, contudo ainda foi enfatizado a quantidade de estudantes com especialidades diferentes inseridos na mesma sala regular.

Assim, acredita-se que precisa de um olhar diferenciado por parte da gestão escolar, coordenador pedagógico, professores, secretário de educação e comunidade com interesses que venha favorecer a inclusão do estudante no ensino regular, enquanto existir essa divergência entre os envolvidos na educação regular possivelmente vai existir um resultado de segregação.

Evidencia-se, com esta pesquisa de campo os resultados com perspectivas de desvendar os olhos dos envolvidos na educação Especial de caráter inclusivo. Assim, possibilitará um olhar humano com os estudantes com deficiência que frequentam o ensino regular do município citado.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Simone de Mamann. LIMAA, Eloisa Barcellos de. GARCIA, Fernanda Albertina. **O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Davi/Downloads/14993-37319-1-PB.pdf>. Acesso em: 18/08/2021.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 11/08/2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Herccus Editora, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

Resolução CEB/CNE nº 4 de 02/10/2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035>. Acesso em: 17/06/2023.